



## Caixa lucra R\$ 3,191 bilhões no 1º trimestre de 2018



A Caixa lucrou R\$ 3,191 bilhões no 1º trimestre de 2018, com um crescimento expressivo de 114,5% com relação ao mesmo período de 2017. O aumento do lucro foi gerado, principalmente, pela redução de 39% nas despesas de intermediação financeira, com destaque para a redução com despesas de captação de recursos que apresentaram queda de 49% e as despesas de provisão para devedores duvidosos com queda de 28%.

O banco encerrou o ano com 86.334 empregados e fechamento de 4.794 postos de trabalho em relação a março de 2017. Em 23 de fevereiro de 2018, a Caixa lançou um novo PDVE com a expectativa de atingir 2.964 trabalhadores. O banco ainda não apresentou informações sobre qual foi o total exato de adesões a esse

plano. Foram fechadas 25 agências, 18 lotéricos e 1.595 Correspondentes Caixa Aqui.

A carteira de crédito atingiu, aproximadamente, R\$ 700,2 bilhões, com queda de 2,1% em doze meses. A Carteira Comercial Pessoa Física (PF) teve queda de 11,5% em doze meses, atingindo, aproximadamente, R\$ 90,8 bilhões. A Carteira Comercial Pessoa Jurídica (PJ), apresentou queda maior (-25,2%), somando R\$ 65,0 bilhões. A carteira para habitação cresceu 4,9%, num total de R\$ 433,1 bilhões. E a carteira de infraestrutura cresceu 4,7%, totalizando R\$ 82,7 bilhões. A taxa de inadimplência para atrasos superiores a 90 dias foi de 2,9%, com redução de 0,07 p.p.

As receitas de prestação de serviços e com tarifas bancárias cresceram 6,2%, totalizando R\$ 6,4 bilhões. Já as despesas de pessoal, considerando-se a PLR, apresentaram queda de 4,6%, atingindo R\$ 5,6 bilhões, enquanto que, se excluída a PLR, a queda seria de 12,5% em relação ao primeiro trimestre de 2017. O que explica essa queda é a redução de gastos com salários dos funcionários da ordem de 15% em doze meses. Com isso a cobertura das despesas de pessoal pelas receitas secundárias do banco foi de 113,4%.

Fonte: Contraf-CUT

# CAMINHONEIROS MANTÉM GREVE EM 24 ESTADOS E NO DF MESMO APÓS ACORDO



Os protestos de caminhoneiros contra a alta do diesel continuam em 24 Estados e no Distrito Federal e afetam alguns portos, incluindo o de Santos (SP), o maior e mais importante do país, mesmo após o anúncio na véspera de um acordo entre a categoria e o governo.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) destacou que o Rio Grande do Sul lidera no número de bloqueios, com 74 no total. O Paraná vem logo na sequência, com 72, enquanto Minas Gerais e Mato Grosso do Sul aparece com 51 e 42, respectivamente.

De acordo com a assessoria de imprensa da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), o fluxo de caminhões no porto de Santos praticamente não ocorre e verifica-se redução nas operações de recepção e entrega de mercadorias pelos terminais, embora as operações de carga e descarga de navios continuem a ser realizadas.

No porto de Paranaguá (PR), a última atualização é de que os protestos diminuiram

o movimento de cargas em 27 por cento ante o normal para esta época do ano. O terminal registrou uma queda nas exportações de grãos, ao passo que a importação de fertilizantes foi interrompida em berços de atracação em que o transporte da carga é feito por caminhões.

Na Via Dutra, principal eixo de ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro, há ao menos quatro pontos de interdição, nos municípios paulistas de Jacareí, Pindamonhangaba e Lorena e nos fluminenses de Barra Mansa e Seropédica.

Na Anhanguera, que liga a capital paulista ao interior do Estado, há bloqueios tanto na chegada a São Paulo quanto na região de Limeira.

Há também manifestações na Fernão Dias, rodovia entre São Paulo e Minas Gerais. De acordo com a concessionária que administra a estrada, são 16 bloqueios ao longo da via, espalhados nos dois Estados.

A paralisação dos caminhoneiros tem levado ao desabastecimento em várias cidades do

país. Postos ficaram sem combustíveis, o que fez com que o tráfego em grandes cidades, como São Paulo, fosse reduzido significativamente no horário de pico da manhã desta sexta. A falta de combustíveis também afetou várias cidades do Rio de Janeiro, inclusive a capital fluminense.

Os protestos permaneceram nesta sexta mesmo após o governo do presidente Michel Temer representantes da categoria anunciarem na noite de quinta, após sete horas de reunião, um acordo que previa o congelamento do preço do diesel nos níveis anunciados pela Petrobras nesta semana por 30 dias.

Em troca, os representantes dos caminhoneiros consultariam a categoria para suspender a greve por 15 dias.

Pelo acordo, o Congresso também votará um projeto de lei que estabelece um preço mínimo para o frete, os reajustes da Petrobras serão feitos a cada 30 dias — não mais diariamente — e a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide) sobre o diesel será zerada.

Ao anunciar o acordo, o governo fez questão de enfatizar que ele não alterará a política de preços da Petrobras, e que a União compensará

a estatal por eventuais perdas. A estimativa é de um custo da ordem de 5 bilhões de reais.

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, disse que o governo investigará se houve locaute, quando empresários impedem funcionários de trabalharem, na paralisação dos caminhoneiros.

“Nós temos indícios de que existe uma aliança, um acordo, entre os caminhoneiros autônomos, as distribuidoras e as transportadoras”, disse Jungmann.

“Isso é grave, porque isso apresenta indícios de locaute, evidentemente que nós estamos verificando isso, porque locaute é ilegal”, acrescentou.

Na véspera, o presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes, disse que as transportadoras aderiram à paralisação.

Os protestos têm levantado ainda temores quanto ao risco sanitário no país, à medida que o fornecimento de rações e o transporte de animais e cargas refrigeradas estão comprometidos pelas manifestações.

Fonte: 247

# OIT pode colocar Brasil na lista de países que violaram convenções

## Reforma trabalhista é novamente denunciada na Organização Internacional do Trabalho – OIT



O Brasil pode entrar na lista dos 24 casos mais graves de violações das convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) cometidos por empresas e governos em todo o mundo, que serão investigadas na

Comissão de Aplicação de Normas (CAN).

A decisão ocorrerá durante a 107ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que será realizada em Genebra, Suíça, entre os dias 28 de maio e 8 de junho. A conferência vai reunir representantes de trabalhadores, empregadores e governos do mundo inteiro para debater políticas e normas para as relações laborais em nível global.

Entre os temas em destaque está a análise das violações mais graves contra os direitos da classe trabalhadora, explica o secretário de Relações Internacionais da CUT, Antônio Lisboa.

Segundo ele, colocar o Brasil na lista curta de 24 casos mais graves de violações das convenções e recomendações da OIT é a prioridade número 1 do movimento sindical internacional que se uniu

à CUT Brasil nas denúncias contra de violações dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras impostas pela reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, em vigor desde 11 de novembro do ano passado) do governo do ilegítimo de Michel Temer (MDB-SP).

O dirigente explica que, todo ano, a partir de uma avaliação prévia do Comitê de Peritos da OIT, especialistas em relações laborais do mundo todo, representantes de empregadores e trabalhadores estabelecem uma lista preliminar de 40 casos de graves violações, a chamada de “lista longa”.

No início da Conferência, esses representantes negociam uma lista de 24 casos, a chamada “lista curta”, que serão analisados na Comissão de Aplicação de Normas.

“Em 2017, a CUT conseguiu colocar o Brasil na lista longa por violação às Convenções 98, 151 e 154 da OIT em função da reforma Trabalhista de Temer”, diz Lisboa.

Segundo ele, houve consenso sobre a importância do “Caso Brasil” ser analisado na Comissão, mas a denúncia não entrou na lista curta porque, naquele momento, junho de 2017, a reforma ainda não havia sido aprovada.

“Agora, seis meses após a aprovação da nova Lei, a gravidade e a quantidade de ataques promovidos não deixam dúvidas no movimento sindical internacional de que as alterações feitas devem ser combatidas com todas as forças”, afirma Lisboa.

“Essa é a prioridade número 1 para a bancada dos trabalhadores e o Estado brasileiro terá de responder perante a Comissão de Aplicação de Normas e a comunidade internacional pelas violações às Convenções da OIT”, diz o dirigente.

### **Outros temas da Conferência**

Este ano, uma comissão tripartite realizará a primeira rodada de discussão para a criação de uma Norma Internacional sobre Violência e Assédio no Local de Trabalho. Outra Comissão analisará a efetividade das cooperações da OIT pelo mundo e uma terceira discutirá os rumos do

Diálogo Social e o Tripartismo.

“Apesar de todas as Comissões terem uma grande importância, desde o ano passado, a bancada de trabalhadores do Brasil tem concentrado sua atenção na Comissão de Aplicações de Normas (CAN), órgão permanente da Conferência e que tem a função de analisar os casos mais graves de violações das Convenções e Recomendações da OIT”, explica Lisboa.

E a CUT Brasil, diz o dirigente, “frente à gravidade e às violações que a reforma Trabalhista do Temer impôs aos trabalhadores as trabalhadoras não permitiu que a questão se encerrasse”.

Para isso, explica Lisboa, foi utilizado um mecanismo exclusivo para situações de urgência e graves violações.

“A CUT Brasil conseguiu que o Comitê de Peritos se pronunciasse novamente sobre a reforma trabalhista, o que possibilitou a continuidade das discussões em 2018 e a reinserção do país na lista de casos graves passíveis de serem analisados na CAN”.

Para Lisboa, em um mundo que caminha cada vez mais para a desregulamentação e para relações laborais precarizadas, instrumentos internacionais de proteção, como as Convenções da OIT, são uma importante linha de defesa jurídica de muitos trabalhadores e trabalhadoras.

“E a CUT Brasil utilizará de todos os meios jurídicos possíveis para defender os interesses da classe trabalhadora brasileira”, conclui o dirigente.

### **Outras agendas**

No dia 31 de maio, haverá um grande ato de solidariedade e pela liberdade do ex-presidente Lula, mantido como preso político e isolado em uma cela da Polícia Federal desde o dia 7 de abril, depois de um julgamento fraudulento que depois de anos e anos de investigações não apresentação uma única prova de qualquer ilícito no caso do tríplex do Guarujá.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF